

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2
MAR

NÚMERO 2, 2016
3.^a SÉRIE

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FLORES, JORGE (2015).

Nas margens do Hindustão. O Estado da Índia e a expansão mogol ca. 1570 – 1640.

Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 566 p.

Formalmente bem escrito e de mensagem clara, mas substancialmente complexa, este livro, além do alto valor científico, distingue-se do ponto de vista didáctico, pelas curtas “conclusões” inseridas no final de cada capítulo, pelo “epílogo” ou resumo geral, pelos “apêndices” de glossário, rol de reinos e reinados, bibliografia extensa (existente em arquivos portugueses, europeus e indo-persas), estudos, mapas e índices.

Ou por falta de curiosidade historiográfica dos estudiosos (mesmo dos especialistas da História da Expansão Ultramarina) ou por insuficiência das fontes históricas portuguesas da época, é um facto que a temática central desta obra não é muito conhecida. Com efeito, as fontes clássicas do período falam dos “mogores” e da sua presença em contacto com o “Estado da Índia”, mas não lhes conferem a devida relevância, a avaliarmos pelo que Jorge Flores reconstitui e explica historicamente. Se consultarmos, à laia de balanço historiográfico, o *Glossário Luso-Asiático* de Sebastião Rodolfo Dalgado, encontramos no vol. II (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921: 63-64, o sentido ou sentidos da palavra “mogor” (em vez de mogol). Citamos: “Em três sentidos encontramos o termo empregado pelos nossos escritores antigos: indivíduo do povo da raça mongólica (em rigor, turca), que se estabelece no Indostão; rei deste povo, da dinastia Timur e reino de Deli ou Industão”. E acrescenta Dalgado que os portugueses “tiveram muitas relações políticas com os reis mogores, particularmente com o célebre Akbar, e foram os primeiros que lhes deram o título de Grão-mogol, à semelhança do Grão-turco”. E o que diz Jorge Flores? Tentemos, apenas, abrir o apetite para a leitura.

Segundo ele, “o Mogol” manifestou uma constante ambição de alargamento do seu império, mas debatendo-se, compreensivelmente, com oscilações quanto às prioridades fronteiriças, convindo reter que o exército, as caçadas imperiais e a mobilidade da corte constituíram instrumentos essenciais no seu processo expansionista. Daí o autor prestar particular atenção, quanto à evolução do império, às lógicas geo-políticas inerentes aos movimentos dos imperadores mogóis Akbar (1556-1605), Jahangir (1605-1627) e Shahjahan (1627-1658), consubstanciados na mudança da capital imperial, acto a que, por regra, correspondeu uma alteração das prioridades quanto às fronteiras a defender ou a alargar.

No que concerne às relações entre o império Mogol e o Estado da Índia, Jorge Flores resume-as no “Epílogo: O urso e a baleia” (p. 481). Concretamente, “Os primeiros sinais de preocupação [dos portugueses na Índia] datam dos anos de 1530, quando da intervenção de Humayun no Guzerate. Porém, é o decisivo alargamento do império mogol para sul e em direcção ao mar depois de 1570 que alarma em definitivo os portugueses. [...] O urso mogol, continental, [ficava] face a face com a baleia portuguesa, marítima, ainda que esta se preocupasse muito mais com aquele do que o inverso”. Estratégia defensiva portuguesa, a partir desta altura? Tentar conhecer melhor a fronteira setentrional do império mogol. Porquê? Quanto mais dificuldades os mogóis tivessem de enfrentar ali, mais controlado estaria o seu apetite político a sul. Assim, os movimentos de Otomanos e Safávidas, até aí observados no âmbito de outras prioridades estratégicas, passam a ser ponderados em função das suas relações com os mogóis. No dizer do autor da obra *Nas margens do Hindustão*, os lusos passarão a orientar os seus comportamentos pela discrição, pragmatismo, flexibilidade e ambiguidade.

A visão conjuntural da evolução do império mogol, particularmente nas suas relações com o “Estado da Índia”, é outra componente importante desta excelente obra, que não merece apenas ser lida, mas estudada. Finalizaremos esta breve notícia, informando que a Academia Portuguesa da História decidiu atribuir-lhe, recentemente, o “Prémio Fundação Calouste Gulbenkian”.

JOÃO MARINHO DOS SANTOS

uc3928@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra